

Uma inscrição inédita, dedicada à Deusa Salus

Por

D. FERNANDO DE ALMEIDA
Doutor em Arqueologia

O Paço de Vila Viçosa, mercê do seu 5.º Duque, o culto e faustoso D. Teodósio I, viu acrescentar à já grande e erudita biblioteca, uma colecção de inscrições romanas. Deve ter sido uma das primeiras organizadas no país e, que se sabe, terem existido naquela época; outra foi a de André de Resende, em Évora. A do Paço de Vila Viçosa estava anotada em uma relação mandada organizar pelo príncipe, relação essa onde, por sua ordem, se juntavam notícias do tempo, inscrições romanas aparecidas aqui e ali, etc.; também se sabe terem sido então levadas para o palácio algumas lápides do santuário pagão de Terena (Alandroal) onde existira o templo dedicado a Endovélico. E algumas dessas lápides mandou-as o duque colocar na frontaria do convento de St.º Agostinho. Os cadernos onde eram guardadas todas aquelas notícias levavam um título sugestivo: «Os livros das muitas cousas». Também consta ter existido ali um «Corpus» de inscrições romanas da Península, mandado organizar, possivelmente, pelo mesmo D. Teodósio.

A rica colecção não sabemos, ao certo, o rumo que levou; talvez no todo ou em parte tivesse sido trazida para o Paço Ducal de Lisboa ou para o Paço Real. Não houve mais notícia dela.

O interesse pela Arqueologia e pela Epigrafia era tão antigo na Casa de Bragança como o próprio Ducado. Já em 1415 o 1.º Duque, D. Afonso, ao regressar da jornada a Ceuta só quisera de lá trazer consigo, como despojo, lápides com inscrições, colunas de mármore e a mesa da casa

de jantar de Sala-ben-Sala⁽¹⁾; e fizera-o para enriquecer o seu museu, instalado na casa onde então habitava, no Rossio, junto às portas de Santo Antão. Daqui transitou, por ordem do mesmo D. Afonso, para o seu paço a par da igreja de S. Cristóvão, mais perto de S. Martinho. O 2.º Duque, D. Fernando, aumentou as colecções com novas peças adquiridas durante as suas viagens pela Europa. O 3.º Duque, D. Fernando II, o degolado em Évora, transferiu o existente em S. Cristóvão para o novo paço dos Braganças, perto da Porta de St.ª Catarina.

*

*

*

A Fundação da Casa de Bragança, mercê principalmente do carinho e interesse nunca desmentidos do Presidente do Conselho de Administração, o Dr. António Luís Gomes, fez reviver essa longínqua tradição do Paço de Vila Viçosa. E assim, a alguns objectos ali guardados, promoveu a provável vinda de outros que se presumia deverem existir em terrenos da casa. Para tal, encarregou António Dias de Deus, interessado na Arqueologia, de proceder a escavações em algumas herdades; com os bons resultados assim colhidos foi o mesmo convidado a organizar um pequeno museu nos baixos do Paço Ducal. A Dias de Deus outro arqueólogo se lhe seguiu, o operoso Abel Viana. O incremento foi tão rápido que em curto espaço de tempo foram ali arrecadadas mais de mil peças de cerâmica, além de muitos objectos⁽²⁾. Já não era possível dispor o saudoso arqueólogo de Beja, então conservador do Museu, tanto material acumulado em espaço tão limitado. E assim, foi a colecção transferida para o Castelo de Vila Viçosa, também pertencente à Casa, por ali haver mais espaço disponível e as peças poderem facilmente ser expostas com largueza, de modo a poderem ser visitadas e estudadas comodamente.

Os materiais continuaram a afluir, mesmo depois da morte de Abel Viana. Entre as novas peças ali existentes contam-se algumas lápides romanas. Daremos agora notícia da que tem maior interesse: uma ara dedicada à deusa Salus. Em um outro artigo publicaremos o resto da

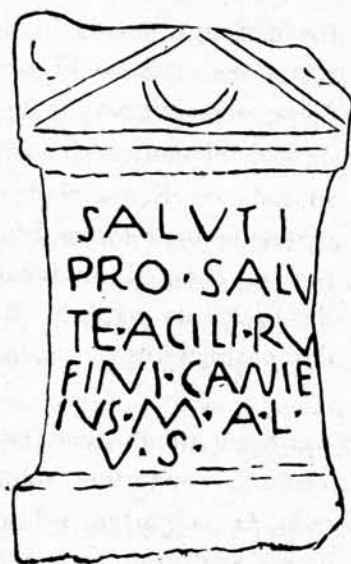
(1) Afonso do Paço, *A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa*, Arqueologia e História, 8.ª S., XI, Lisboa, 1964, pág. 68.

(2) Abel Viana, *Notas de Arqueologia Alto-Alentejana, Materiais do Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa*, sep. de *A cidade de Évora*, 33-34, Évora, 1955, pág. 23.

coleção: dois marcos miliários e duas inscrições funerárias. Além das lápides romanas, há uma portuguesa, referente a uma torre construída no tempo do rei D. Fernando: dela também a seu tempo nos ocuparemos.

A ara, dedicada a Salus, está praticamente intacta (Fig. 1); é em granito e foi encontrada perto de V. Viçosa, no lugar chamado Pardais. Deu entrada no Museu em 1962. Mede 0,73 m de altura, 0,44 m de largura na base e 0,36 m no fuste; a espessura é, respectivamente, 0,35 m e 0,29 m, na base e no fuste. As letras não são todas exactamente da mesma altura: medem as das quatro primeiras linhas, 0,045 m e as duas últimas, 0,04 m.

O capitel da ara mantém a voluta do lado esquerdo quase intacta, enquanto à do outro lado lhe foi amputada uma parte. Na frente ostenta um triângulo, riscado por dois sulcos paralelos; dentro dele está incluso um crescente. Na parte superior ainda se vêem restos de «foculus».



Saluti/ pro salu/te Acili Ru/fini Canie/ius m(erito) a(nimo) l(ibens)/ v(otum) s(olvit)

Leva a ara uma inscrição votiva dedicada a Salus; julgamos ser esta a primeira encontrada na Lusitânia portuguesa, pois nem Leite de Vasconcelos, nem outros autores por nós consultados, dão notícia de qualquer ara dedicada à páedra de Esculápio, deus da Medicina.

Cita Leite de Vasconcelos⁽³⁾ quatro inscrições dedicadas a Salus, mas todas encontradas na Lusitânia espanhola: apareceram três em Capera (CIL — II, 806 e Ephem. VIII, pág. 379) e uma em Madrigalejo (CIL — II — 653). A estas acrescentaremos uma quinta recolhida em Martanegra e guardada na coleção Calzadilla, de Badajoz (A. E. Arq. XXXIII, 1960, pág. 188, fig. 38).

A inscrição de V. Viçosa vem-nos provar que o culto à deusa também se estendeu para cá do Guadiana.

Salus, deusa da Saúde, era uma das várias divindades abstractas do panteão romano, como «Aeternitas», Concórdia, Fortuna, etc. Tal como estas, não foi bem compreendida e assinalada pelos povos que habitavam fora da Península Itálica. Os Bárbaros, de entre os deuses romanos, preferiram os antropomorfos, como Esculápio, o deus da Medicina, páedra de Salus, como já antes, no panteão grego, o havia sido de sua filha Higeia, deusa da Saúde.

Dedicadas ao deus da Medicina são de há muito conhecidas quatro inscrições na Lusitânia portuguesa: três de Lisboa (C. I. L. II, 173, 174 e 175) e uma de Miróbriga dos Célticos, junto a Santiago do Cacém (C. I. L. II, 21), o que vem comprovar o que acima dissemos.

A deusa Salus foi adorada em Roma desde épocas muito recuadas. Tem-lhe sido atribuída origem sabina⁽⁴⁾; também foi considerada como sucessora de Meditrina, por ter, como ela, a faculdade de curar doentes. No entanto, a páedra de Esculápio não só olhava pela saúde, como também pelo bem-estar dos particulares e, ainda, pela prosperidade do Estado.

Em tempos de paz havia em Roma uma festa anual em sua honra, com velhas cerimónias, como o «augurium salutis», na qual se pedia prosperidades para o Estado. O «augurium salutis» tirou este nome por os áugures, quando os Cônsules entravam no exercício do seu cargo, procurarem imediatamente saber se Salus lhes seria propícia ou não.

Uma outra festa teve lugar enquanto houve imperadores da «gens»

⁽³⁾ Leite de Vasconcelos, *Religiões*, III, págs. 264-265.

⁽⁴⁾ Bouché-Leclerq, *Manuel des Instit. Romaines*, pág. 490, cf. Marquardt, *Manuel des Antiqués Romaines*, XII, t. II, pág. 77, nota 7.

Júlia, no dia 3 de Janeiro: nesta data festejavam-se os aniversários da família imperial e pedia-se, para ela, a protecção de Jupiter, Juno, Minerva e Salus. Idêntico pedido era feito a favor do povo romano. No final desta cerimónia procedia-se à imolação de dois toiros a Jupiter e duas vacas às três deusas.

Salus era de novo festejada no dia 30 de Março, juntamente com Juno, Concórdia e a Paz.

Uma festa especialmente dedicada a Salus tinha lugar no dia do aniversário da fundação do seu templo, no Quirinal, acontecimento que tivera lugar a 5 de Agosto de 302 a. C.; ou 306 segundo outros autores⁽⁵⁾. Nessa data o povo romano vivia aflito, em guerra contra os Samnitas; pedira então à deusa a sua salvação e erguera-lhe um templo naquela colina. A festa realizava-se em louvor da «Salus publica populi Romani Quiritium»⁽⁶⁾.

Mais tarde teve Salus um outro epíteto: «Salus Semonia», porque também no Quirinal, perto do templo da deusa, havia um outro dedicado a uma divindade de segunda ordem, é certo, mas muito venerada. Referimo-nos a «Semo Sancus Dius Fidius». Daqui veio «Salus Semonia», a encarregada de velar pelo cumprimento dos juramentos e pela própria pessoa do César.

O culto a Salus só terminou com o fim do paganismo; e a igreja cristã substituiu, localmente, os tempos que lhe haviam sido dedicados, por capelas a S. Miguel, protector da Medicina.

Nem só a Salus se dirigiam os que pretendiam saúde ou agradeciam os que a tinham recuperado graças à intervenção da deusa. Há inscrições onde são invocadas outras divindades, como Jupiter⁽⁷⁾, Vénus Victrix⁽⁸⁾, Victoria⁽⁹⁾.

O primeiro dos três onomásticos da inscrição a Salus é «Acilus»; nos textos latinos encontramos «Acilius», como C. Acilius Glabrio, o

(5) N. Turchi, *La religione di Roma antica*, Bolonha, 1939, pág. 97.

(6) J. Marquardt, *ob cit.*, II, pág. 205.

(7) Leite de Vasconcelos, *Medicina dos Lusitanos*, Lisboa, 1925, pág. 19.

(8) C. I. L. II, 470.

(9) Em um fragmento de uma ara, não sabemos se inédita, conservada no Museu Municipal de Penamacor: *Victoriae/ pro salute/ sua V...*

conhecido historiador romano. Falta pois a letra «i» para o nome ser o mesmo; mas sabemos como era relativamente frequente a deturpação de nomes latinos noutras lápides provinciais.

No C. I. L. II encontra-se «Acilius» nas inscrições: 3966 (Murviedro), 4451 (Sagunto) e 1294 (Nebrija), as duas primeiras na Tarraconense, a última na Bética. Na Lusitânia não encontramos um único.

Quanto a «Canieius», o dedicante, declaramos não ter encontrado este cognome no C. I. L. II, nem em outros elencos de onomásticos romanos da Península Ibérica. Encontra-se «Canius» (C. I. L. II, 1784 e 4970); seguindo Holder, que para «Caniacus» vai procurar uma possível origem em «Canius», talvez possamos aplicar a mesma hipótese para «Canieius».

O nome do pai do beneficiado, «Rufinus», é tão frequente na onomástica latina que não nos deteremos com ele. No entanto notamos ser curiosa a coincidência: uma das inscrições de Capera, atrás citada, diz «Salu[ti] Rufin[us] libe(ns) vot(um) so(lvit) mer(ito)». Aqui, na inscrição de V. Viçosa não é o filho de um Rufino, mas o próprio Rufino quem invoca a divindade, a mesma Salus.

Há portanto, na inscrição, um onomástico romano e dois também latinos, mas adulterados. A organização dos nomes está longe da decretada na Lex Julia Municipalis: trata-se de três indígenas, romanizados. E tanto o estavam, que um deles levantou uma ara a Salus para cumprimento do voto por ele feito a esta divindade abstracta, tão pouco compreendida, por esta sua qualidade, pelos bárbaros no princípio da romanização.

Por estes motivos o letreiro seria posterior, possivelmente, ao edito de Caracala (212 d. C.) pelo qual foram naturalizados romanos todos os latinos e provinciais habitantes do Império, mas ainda até então não considerados seus cidadãos. Sabe-se como essa disposição pretendia atingir quatro fins: político, religioso, social e fiscal. E a ara de V. Viçosa vem demonstrar como o fim religioso foi nela provavelmente atingido, levando mais fiéis ao panteão romano.

O tipo das letras da inscrição concorda com o que acabamos de expor, pois podemos, por elas, atribuí-la ao meado do séc. II d. C.

